

DIAGNÓSTICO DA CRISE BRASILEIRA

FUAD ABDALLA NADER*

Uma parcela considerável da economia do estado, integrada pelos municípios da região sul que nos honram com a presença dos seus representantes para debater problemas não só de âmbito regional como aqueles de maior amplitude. Nesta fase difícil e recessiva por que passa nossa economia, e que mercê de nosso trabalho cotidiano e produtivo na função de distribuidores de riquezas e contribuintes do erário público, encontramos-nos nesta cidade histórica, núcleo inicial da colonização do estado, através de nossas entidades de classe onde desponta a figura de nosso incontestável líder empresarial e Presidente de nossa Federação das Associações Comerciais, Sr. César Rogério Valente.

Acima dos limites ditados pelos interesses particulares, nossas entidades constituem-se em acervo histórico de nossos ideais de liberdade de comércio, de luta pela livre iniciativa substanciada na doutrina do capitalismo social; esmeram-se, também, na multiplicação das empresas, dos empregos e da renda, tendo o lucro como medida de eficiência empresarial capaz de assegurar a continuidade do processo produtivo que a nação exige.

Inseridas nesse contexto, nossas entidades são reconhecidas como de utilidade pública e como órgãos técnicos consultivos dos poderes públicos.

Quando aqui nos reunimos para solicitar providências junto aos órgãos governamentais, é porque sentimos o peso de nossas responsabilidades ante os anseios das comunidades onde atuamos.

O comércio é o segmento empresarial que impulsiona e situa-se na ponta do processo produtivo e ainda está diretamente ligado às necessidades dos consumidores e impulsiona a economia.

O progresso econômico não é uma imposição governamental, nem tão pouco resulta de uma decisão de planejar.

* Ex-professor do DCEAC
Presidente da Câmara do Comércio do Rio Grande

Anterior à ciência econômica é o resultado de nossa disposição, de nossa vontade e reside fundamentalmente na educação, organização e disciplina.

Assim sucedeu com a Alemanha e o Japão, países devastados pela guerra, hoje, potências de primeira grandeza. Igualmente pela vontade dos países europeus que, esquecendo-se de suas antigas e seculares divergências, uniram-se em torno da formação de um Mercado Comum, hoje terceira potência mundial.

Na recessão mundial em que vivemos, impõem-se medidas comuns de defesa, pela limitação à nossa capacidade de produzir e vender nos mercados tradicionais.

O mundo atual caracteriza-se por uma interdependência econômica, e o mercado externo nada mais é do que um segmento do mercado interno. Um não exclui o outro, mas ambos são determinantes do grau de desenvolvimento de cada país.

Somente com a criação permanente de novos capitais aliados ao trabalho, o que vale dizer, um desenvolvimento constante capaz de gerar excedentes exportáveis, ao contrário do que ora sucede com a descapitalização das empresas sem condições para atender à pesada dívida contraída com a comunidade internacional.

A não aceitação desta realidade, incorporada à necessidade de dar trabalho para mais de um milhão de pessoas anualmente, é subverter os princípios ditados pelas exigências de mercado pelo qual optamos e, com a livre iniciativa inerente ao sistema, com a desarticulação do capital e trabalho.

Leão XIII já disse com muita propriedade: "Não há capital sem trabalho, e não há trabalho sem capital".

As variáveis macroeconômicas devem ficar como a renda, investimento e emprego desenvolvidos e acumulados laboriosamente pelas empresas privadas, são agora manipuladas e reduzidas a valores marginais e desestimulados, inibindo o crescimento da economia.

Os esforços concentrados em favor da exportação, motivados pela necessidade de equilibrar nossa balança de pagamentos, não devem ser feitos à custa de desequilíbrio ou de exaustão da nossa economia.

Se prevalecer a continuidade de tal política, significará um retorno à velha Doutrina Mercantilista, cujos objetivos eram o acúmulo de ouro e de dólares pelo estímulo à exploração das minas, (a corrida

DIAGNÓSTICO DA CRISE BRASILEIRA

FUAD ABDALLA NADER*

Uma parcela considerável da economia do estado, integrada pelos municípios da região sul que nos honram com a presença dos seus representantes para debater problemas não só de âmbito regional como aqueles de maior amplitude. Nesta fase difícil e recessiva por que passa nossa economia, e que mercê de nosso trabalho cotidiano e produtivo na função de distribuidores de riquezas e contribuintes do erário público, encontram-nos nesta cidade histórica, núcleo inicial da colonização do estado, através de nossas entidades de classe onde desponta a figura de nosso incontestável líder empresarial e Presidente de nossa Federação das Associações Comerciais, Sr. César Rogério Valente.

Acima dos limites ditados pelos interesses particulares, nossas entidades constituem-se em acervo histórico de nossos ideais de liberdade de comércio, de luta pela livre iniciativa substanciada na doutrina do capitalismo social; esmeram-se, também, na multiplicação das empresas, dos empregos e da renda, tendo o lucro como medida de eficiência empresarial capaz de assegurar a continuidade do processo produtivo que a nação exige.

Inseridas nesse contexto, nossas entidades são reconhecidas como de utilidade pública e como órgãos técnicos consultivos dos poderes públicos.

Quando aqui nos reunimos para solicitar providências junto aos órgãos governamentais, é porque sentimos o peso de nossas responsabilidades ante os anseios das comunidades onde atuamos.

O comércio é o segmento empresarial que impulsiona e situa-se na ponta do processo produtivo e ainda está diretamente ligado às necessidades dos consumidores e impulsiona a economia.

O progresso econômico não é uma imposição governamental, nem tão pouco resulta de uma decisão de planejar.

* Ex-professor do DCEAC
Presidente da Câmara do Comércio do Rio Grande

Anterior à ciência econômica é o resultado de nossa disposição, de nossa vontade e reside fundamentalmente na educação, organização e disciplina.

Assim sucedeu com a Alemanha e o Japão, países devastados pela guerra, hoje, potências de primeira grandeza. Igualmente pela vontade dos países europeus que, esquecendo-se de suas antigas e seculares divergências, uniram-se em torno da formação de um Mercado Comum, hoje terceira potência mundial.

Na recessão mundial em que vivemos, impõem-se medidas comuns de defesa, pela limitação à nossa capacidade de produzir e vender nos mercados tradicionais.

O mundo atual caracteriza-se por uma interdependência econômica, e o mercado externo nada mais é do que um segmento do mercado interno. Um não exclui o outro, mas ambos são determinantes do grau de desenvolvimento de cada país.

Somente com a criação permanente de novos capitais aliados ao trabalho, o que vale dizer, um desenvolvimento constante capaz de gerar excedentes exportáveis, ao contrário do que ora sucede com a descapitalização das empresas sem condições para atender à pesada dívida contraída com a comunidade internacional.

A não aceitação desta realidade, incorporada à necessidade de dar trabalho para mais de um milhão de pessoas anualmente, é subverter os princípios ditados pelas exigências de mercado pelo qual optamos e, com a livre iniciativa inerente ao sistema, com a desarticulação do capital e trabalho.

Leão XIII já disse com muita propriedade: "Não há capital sem trabalho, e não há trabalho sem capital".

As variáveis macroeconômicas devem ficar como a renda, investimento e emprego desenvolvidos e acumulados laboriosamente pelas empresas privadas, são agora manipuladas e reduzidas a valores marginais e desestimulados, inibindo o crescimento da economia.

Os esforços concentrados em favor da exportação, motivados pela necessidade de equilibrar nossa balança de pagamentos, não devem ser feitos à custa de desequilíbrio ou de exaustão da nossa economia.

Se prevalecer a continuidade de tal política, significará um retorno à velha Doutrina Mercantilista, cujos objetivos eram o acúmulo de ouro e de dólares pelo estímulo à exploração das minas, (a corrida

do ouro); o estatismo, para controlar o comércio exterior, estimular as exportações e desestimular as importações; e uma dura legislação protecionista, traduzidas hoje no monopólio cambial e na desvalorização permanente da moeda. O advento deste Capitalismo Mercantil entre nós é demonstrado pelas mudanças de comportamento social, na crença da imagem de enriquecimento fácil, baseado tão somente na riqueza monetária, no dinheiro como um fim e não como um meio que serve a fins produtivos.

A política financeira que podia ser utilizada com menor ou maior eficiência para contrabalançar os efeitos dos ciclos econômicos que o Estado pode, senão evitar, pelo menos, minorar os efeitos das causas da recessão, constitui, ao contrário, instrumento penalizador das atividades empresariais.

Assim, enquanto o crescimento da base monetária, em meados de 1981, estava em torno de 55% ao ano, e nos últimos meses ao redor de 100%, restringe-se o crédito às empresas, com aumento dos depósitos compulsórios, reduzindo o papel dos bancos a meros concessionários do crédito do Banco Central, sem qualquer resultado no combate à inflação.

As taxas de juros para desconto, recentemente tabelados, por não representarem a realidade do mercado, foram burladas na sua aplicação, pela mudança do tipo operacional, por quase todos os bancos.

É ainda o Estado o maior tomador de recursos financeiros no mercado, pela necessidade de manter girando uma dívida interna de 21 trilhões de cruzeiros; sendo 16 trilhões em títulos de ORTN e LTN, ajustados pela correção cambial, e 5 trilhões em depósitos em moeda estrangeira junto ao Banco Central.

Uma dívida impagável, a não ser com resgate via emissão de papel-moeda embora inconversível externamente, mas conversível, poderá ser redutiva em seus valores nominais, internamente, é a solução mais viável que se imporá dentro de pouco tempo, a nosso ver.

A permanência e o crescimento deste fantástico mercado inflacionário de títulos rendendo altos dividendos aos tomadores acionistas do "deficit" do Tesouro Nacional, pressionam as taxas de juros e formam uma nova base inflacionária pela necessidade de obter cada vez mais recursos financeiros para o pagamento dos serviços de juros, inviabilizando a atividade empresarial pelos altos custos do dinheiro.

Embutido nesse processo de dolarização interna, estão os empréstimos via resolução 63, opção penalizante e calamitosa para a empresa privada, que não possui a estrutura e nem o privilégio dos tomadores das empresas estatais.

Essa sangria espoliativa contra a empresa privada alcançou poucos resultados na obtenção de dívidas, quando ao contrário, caso fosse permitido restabelecer o direito de as empresas distribuidoras de petróleo importarem diretamente suas cotas de participação no mercado, como aliás faziam há pouco tempo, e sem prejuízo do monopólio estatal da prospecção e refino, resultaria num desafogo e na redução do "deficit".

O empresariado nacional está, por sua vez, consciente que os problemas oriundos da nossa dívida externa poderão ser solucionados através de uma moratória ou de um reescalonamento, mas sempre ajustados à nossa realidade sócio-econômica. A nossa economia cada vez mais debilitada não está mais em condições de cumprir com os esquemas e cronogramas propostos pelas nossas autoridades monetárias junto à comunidade internacional de banqueiros.

Os empresários foram motivados para acelerar o nosso desenvolvimento, mas a nossa sociedade nunca chegou a experimentar o ciclo da abundância para poder suportar agora uma recessão própria dos países ricos e de economia saturada.

Por isso, impõe-se assegurar não só uma taxa de crescimento pelo menos vegetativa, exigida por igual crescimento demográfico, como, principalmente, o trabalho e a alimentação ao nosso povo, — não pelo paternalismo do Estado, mas com recursos gerados pela própria atividade empresarial.

À medida que nos descapitalizamos, inviabilizamos a empresa, e baixamos igualmente o grau de capitalização por habitante, que já é baixo entre nós de vez que os estímulos dados aos depósitos de poupança menos a renda e mais a descapitalização, e assim, institucionalizamos a pobreza das massas, procedimento inverso de quem normalmente precisa gerar mais renda para pagar dívidas.

O não atendimento desses objetivos básicos traduzidos na doutrina do binômio segurança-desenvolvimento e da necessidade de ocupação dos espaços vazios que se inserem nos objetivos nacionais permanentes, é, confessamos, a falta de rumos e de objetivos de nossa economia, a inutilidade de nossos esforços e a necessidade de se redefinir

nossos objetivos, para preservarmos nossa identidade histórica da livre empresa e da economia de mercado ou então, forçoso é reconhecer-se que estamos vivendo uma economia não capitalista, ou seja, pré-socialista, estatizante e planificada, imune às crises cíclicas, mas que na verdade como se observa neste sistema, vive em crise permanente.

Não há como negar que em todo processo de desenvolvimento econômico geram-se certas pressões inflacionárias, mas é inteiramente descabido pretender, neste momento, que o agravamento da inflação e da recessão imposta à sociedade, tendo como causas determinantes apenas fatores externos.

É preciso que a coletividade e sobretudo o empresariado se convençam de que o governo pode e deve controlar o processo inflacionário e recessivo, se desejar, efetivamente, evitar o colapso de nossas instituições.

Somente essa compreensão generalizada, ditada pelo consenso nacional com a discussão de nossos problemas em todos os níveis e áreas, poderá criar a pressão da opinião pública necessária a uma efetiva retomada de nosso desenvolvimento.

Nota — Pronunciamento feito pelo Economista Fuad Abdalla Nader, Presidente da Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande, por ocasião do Encontro Regional de Associações Comerciais, realizado, nesta cidade, em 26 de agosto de 1983.